

OS CANDANGOS

Oswaldo Morgado
da Editoria de Cidade do Jornal de Brasília

O candango, aquele idealista que trabalhava de 16 a 18 horas por dia sem reclamar, já não existe. Vinha de uma terra distante onde vendia sua força de trabalho a qualquer preço. Tornava-se, da noite para o dia, um elemento precioso dividido à escassez de mão-de-obra no planalto. Hoje, um candango é um aventureiro. Com o passar dos tempos perdeu seu ideal. Passou de idealista à oportunista. Aquele operário cheio de entusiasmo para construir a sede da mais alta hierarquia administrativa do país e sair de sua situação de miséria em que vivia no interior, já não é mais encontrado.

Com a política populista de Jango, o candango largou a pá de pedreiro por um cargo público. Outros foram embora ou deixaram a construção civil.

É a opinião de um inspetor do trabalho que acompanhou o candango na construção de Brasília.

Com dificuldade, ainda poderemos encontrar um candango pioneiro em Brasília. Dentro de um ônibus superlotado, a caminho de uma cidade-satélite, quando passa em frente a um grande monumento, ainda se ouvem frases como "eu já trabalhei nessa obra aí", numa expressão que envolve muita nostalgia, resignação e até mesmo um pouco de frustração.

O operário pioneiro que permaneceu em Brasília, hoje quase aposentado, reside na cidade-satélite. Meio escondido, em condições subumanas. Apesar de construir palácios, monumentos e milhares de apartamentos, o candango



A Ceilândia é o "esconderijo" deles todos. A cidade não os conhece mais

geralmente está hoje morando num barraco de madeira e em uma rua cheia de buracos e lama. Na cidade-satélite, bem distante das vistas de turistas.

Manoel Francisco de Oliveira, paraibano de 51 anos de idade, chegou aqui em 1958. Veio cheio de fé e na esperança de trabalhar muito e ficar rico. Trabalhou muito e conseguiu um barraco e diversos filhos. De tanto trabalhar, acostumou com a profissão. Ainda é operário da construção civil.

Manoel Francisco saiu da Paraíba muito cedo. Em Recife, depois de trabalhar dois anos como servente, foi promovido a pedreiro. Casou com 17 anos. Tempo depois, ao ficar viúvo, resolveu tentar a vida no Rio de Janeiro, para onde rumou acompanhado de seus três filhos. Do Rio foi para São Paulo onde trabalhou dez anos. Voltou ao Rio e casou-se pela segunda vez.

Apesar de não faltar serviços na Cidade Maravilhosa, tentado pelos comentários dos amigos sobre altos salários e boas condições de trabalho, resolveu ajudar a construir a cidade do futuro, a ser implantada no Planalto Central. Deixou tudo e veio. A família só veio depois que ele construiu um barraco na invasão Vila Matias, em local distante do canteiro de obras. Não era boa coisa mas dava para resolver a situação, até a conclusão de uns blocos de apartamentos que seriam distribuídos entre os operários, conforme o projeto de Brasília.

Trabalhou muito. Ajudou a concluir as obras de diversos palácios. Foi pedreiro em obras de ministérios. Eletricista na Catedral e assentador de mármore no Congresso Nacional. Na "obra do 28" (como era conhecido o Congresso) trabalhou mais de um ano.

Ao assentador de mármore imaginava debates ferrenhos entre legisladores fantasmais.

Morava na invasão da Vila Matias e trabalhava em obras do Plano Piloto. O meio de transporte existente era o ônibus. Ônibus sujos, velhos e barulhentos.

Naquela época não havia letreiros nos ônibus. Quando chegavam numa parada, saindo de uma nuvem de poeira, o cobrador colocava a cabeça na janela e gritava: Vila Dimas, Cidade Livre, Velhacap, Candangolândia, Graca Couto, IAPI, IAPB, IAPM, Banco do Brasil e Rodoviária. Uma multidão invadia o ônibus, pois o próximo só passaria horas depois.

Ganhava naquela época (por volta de 1960) 500 cruzeiros velhos por dia. Tinha cinco filhos. Um quilo de carne custava 150 cruzeiros. Hoje ganha 35 cruzeiros por dia, tem 12 filhos e um quilo de carne custa 18 cruzeiros.

Nunca consegui ter nada na vida. Apenas saúde. Trabalhei muito, ganhei algum dinheiro e consegui com que meus filhos não morressem de fome. Hoje faço qualquer serviço na área da construção civil. Ainda pretendo construir uma casa aqui.

Hoje, Brasília conta com quase 800 mil habitantes. Destes, apenas 300 mil moram no Plano Piloto. O restante está espalhado na periferia, nas cidades-satélites, concentrações de assalariados de renda média e baixa. Conta com poucos candangos pioneiros e uma maioria de trabalhadores braçais que fugiram da seca e das difíceis condições de vida no campo. É o resultado do êxodo rural. Procuram na cidade grande melhores condições de vida. Trabalho, ensino e assistência médica-hospitalar. Benefícios nunca encontrados anteriormente.

O crescimento urbano sem

planejamento causa aberrações difíceis de serem corrigidas. Brasília tornou-se um polo de atração populacional e hoje apenas com uma minoria privilegiada é assistida dignamente. Os moradores do Plano Piloto, altos funcionários, autônomos, comerciantes e industriais, dispõe de todos os benefícios que oferece um centro urbano desenvolvido. Serviços públicos completos, lazer diversificado e conforto habitacional, além de uma alta renda. É um cartão de visita para os turistas.

As cidades-satélites constituem outra realidade. Algumas já contam com infraestrutura e urbanização razoável. Outras, que já mereceram a atenção das autoridades, até mesmo federais, não passam de favelas planejadas.

Taguatinga, Sobradinho, Guará, Gama e Núcleo Bandeirante dispõem de grande número de ruas asfaltadas, redes de água e esgoto e apresentam algumas áreas verdes e arborização. Mas o asfalto está cheio de buracos. As ruas sem calçamento ficam intransitáveis no período das chuvas. O transporte coletivo é uma calamidade. Os ônibus além de cobrarem um preço alto, são sujos, velhos, não oferecem nenhuma segurança, atrasam e só viajam superlotados.

Os problemas sociais se agravam a cada dia. O número de mendigos, prostitutas, desempregados e menores abandonados aumenta constantemente.

A Ceilândia é um caso à parte. Não podemos distinguir se é outra cidade-satélite ou uma favela gigante ligada a Taguatinga, formada com a transferência de candangos das proximidades do Plano Piloto para aquele local. Até hoje não pôde ser considerada um centro urbano, por não oferecer as mínimas condições de habitacionais a seus moradores. Estes ainda estão na dúvida: A Ceilândia é igual ou pior do que as favelas que habitavam?

Somente uma pequena parte de sua população economicamente ativa está empregada. Assim mesmo é basicamente operária e tem uma renda muito baixa, tendo como consequência o subconsumo, desnutrição e alta taxa de mortalidade infantil.

Ceilândia tem mais de 100 mil pessoas e pouco mais de mil residências de alvenaria. As restantes são barracos de madeira, a maioria atolada na lama, não oferecendo nenhuma proteção. É fracamente iluminada, e a pequena rede de esgotos e água encanada atinge apenas alguns setores.

O asfalto das ruas da Ceilândia atinge a mil metros quadrados. A maior parte da cidade fica intransitável nas estações das chuvas.

É um mar de lama e buraco, segundo expressões dos moradores.

Aqui não se pode nem sair de casa depois das oito horas da noite, sob risco de ser assaltado, surrado ou até mesmo morto. Em determinados setores não é recomendado passar nem mesmo durante o dia, pois são concentrações de maloqueiros, que podem atacar qualquer indivíduo desprevenido. Aqui não tem hospital, estabelecimentos de ensino em número suficiente (15 do primeiro grau e apenas um do segundo) e a água, em grande parte da cidade, é fornecida por um caminhão-pipa, disse um dos moradores.

A cidade já mereceu até a atenção do Governo Federal. É o núcleo habitacional que apresenta o maior número de problemas em todo o Distrito Federal.

Herança de família

No começo era a caderneta.

Seu avô passou pro seu pai que, por sua vez, abriu uma pra você, logo que você nasceu.

Hoje, quando você for fazer o mesmo com seus filhos, vai encontrar uma organização de 113 anos muito atualizada: a Caixa Econômica Federal.

Na Caixa você pode fazer tudo.

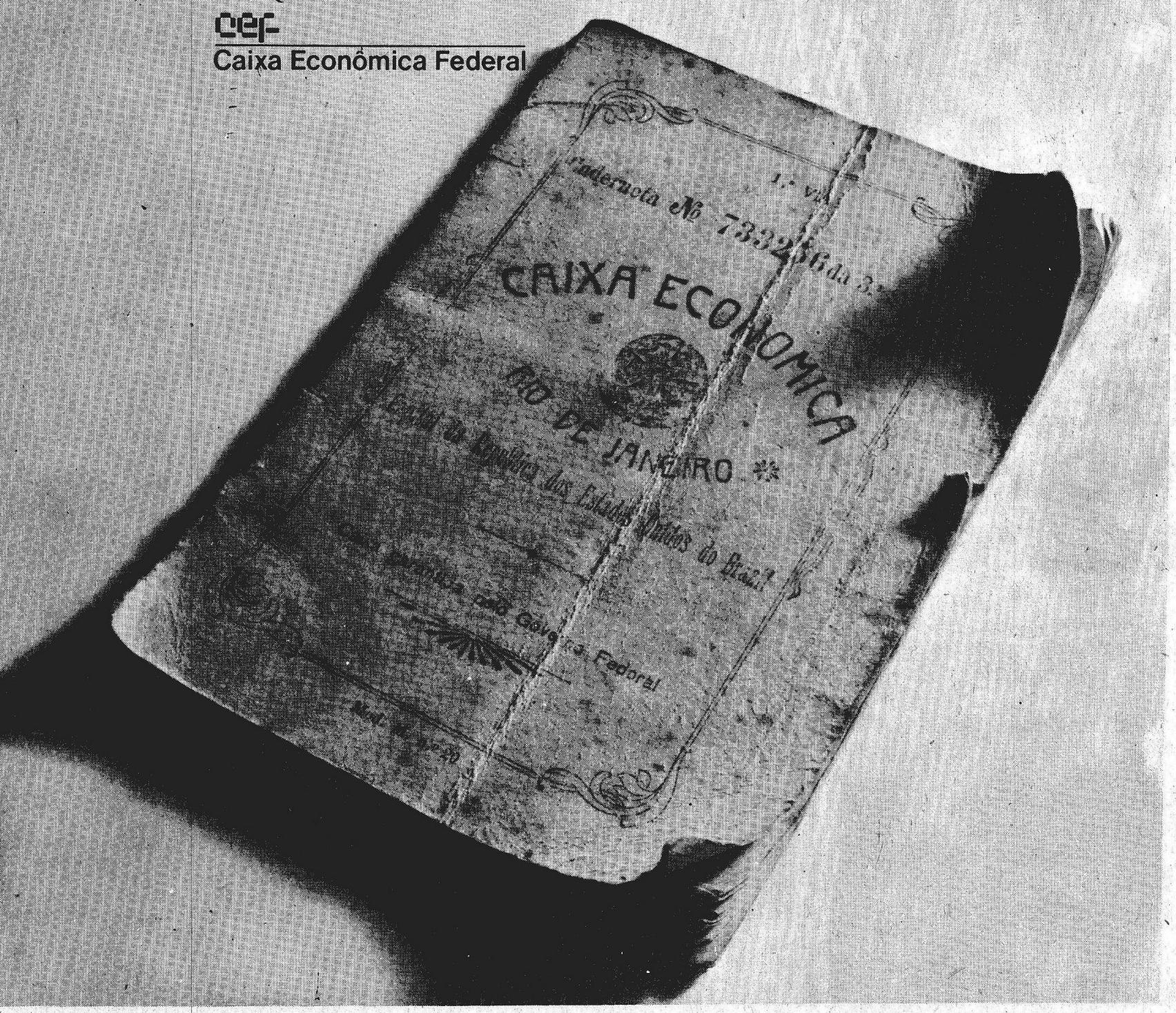
Com a diferença de que ela tem 113 anos.

E uma tradição que começou quando você nem sonhava nascer.

Quem tem conta na Caixa tem tudo.

Cef

Caixa Econômica Federal



O DRAMA DA TRANSFERÊNCIA

A Justiça veio pela aventura e pela dobradinha

Há 15 anos o espírito de aventura e o atrativo da dobradinha trouxe para Brasília, com a transferência do Governo para a capital federal, cerca de 500 funcionários da representação do gabinete do ministro da Justiça e do Departamento de Imprensa Nacional. O então ministro da Justiça era o que hoje volta às suas funções com o Governo Geisel: Armando Ribeiro Falcão.

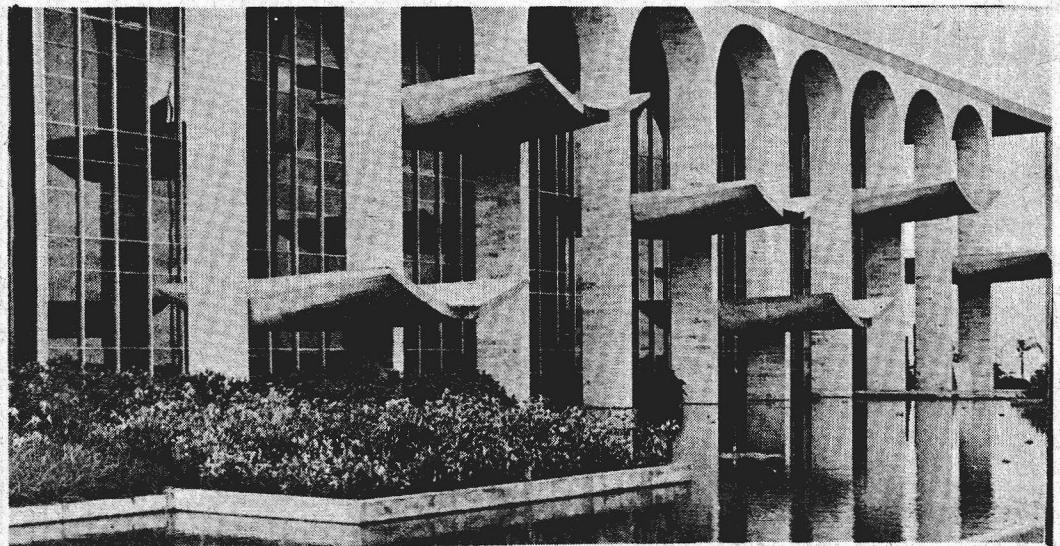
No bloco 11 da Esplanada dos Ministérios onde também funcionava o Ministério do Trabalho (e ainda hoje permanece) foi instalada o Ministério da Justiça ocupando os segundo e terceiro andares. Somente depois de 12 anos surgiu o prédio definitivo, no governo do presidente Médici, numa área construída de 23.000 metros quadrados.

No Rio de Janeiro, o Ministério da Justiça funcionava na rua do México, nº 128, prédio pertencente ao INPS, onde ainda hoje está o gabinete do ministro e o Departamento Federal de Justiça. Os primeiros órgãos a virem para Brasília, além do gabinete, foram a biblioteca, o Serviço de Documentação e Comunicação e o Departamento de Administração.

Além da dobradinha, os funcionários que optaram por vir para Brasília logo na sua inauguração tinham vantagens como não pagar aluguel, luz, água, além de receberem o botijão de gás, o que compensava seu deslocamento para um local desconhecido, sem o conforto do Rio de Janeiro, trocando a praia pela terra vermelha do Planalto Central.

Justamente por serem transferidos, inicialmente, poucos órgãos, os antigos funcionários afirmam que não houve excesso de trabalho, embora não fossem em grande número. Na realidade existiam cerca de 200 servidores na representação do gabinete. A maior parte era do Departamento de Imprensa Nacional.

O primeiro ministro a vir para Brasília, Armando Falcão, não passou a morar definitivamente aqui. Por outro lado, depois de 1961, quando Armando Falcão deixou o cargo, até 1973, oito ministros passaram por aquela



Depois de 12 anos, a Justiça ganhou sua sede própria

Pasta, não havendo tempo de tornarem amiúde as visitas à capital federal e muito menos para transferência de moradia.

Ainda hoje funcionam no Rio de Janeiro os seguintes órgãos do Ministério da Justiça, além da representação do gabinete do ministro e do Departamento Federal de Justiça: representação do cadastro, serviço médico, assessoria de imprensa e seção de registro. Entretanto, o ministro Armando Falcão tem afirmado que, se possível ainda este ano, todos os órgãos serão transferidos definitivamente.

Interior: uma autonomia que surge só em 67

Até 1967, o Ministério do Interior era ligado ao da Justiça, funcionando como um de seus órgãos. Ao se tornar autônomo através do Decreto-Lei de número 200 do Governo Costa e Silva, o Interior teve seu primeiro ministro, (general Albuquerque Lima) ocupando a pasta até princípios de 1969. Seu sucessor foi o general Costa Cavalcanti que foi sucedido, ao fim do seu mandato, pelo atual ministro Rangel Reis. Nesta administração, Rangel Reis participou da reformulação do Sistema financeiro de

Habitação que pôe fim a uma política irregular de construção. O BNH — Banco Nacional de Habitação — quando foi criado, destinava-se a atender às populações de baixa renda. Durante os dez anos de sua existência, teve seus objetivos um tanto distorcidos, mas o atual Sistema Financeiro de Habitação permitirá que o BNH realmente construa habitações para as famílias de baixa renda.

Instalado provisoriamente no prédio do DNOCS, órgão a ele vinculado, o Ministério do Interior tem um de seus importantes órgãos funcionando ainda no Rio de Janeiro. O Geacap — Grupo Executivo de Assistência Contra Calamidades Públicas, provavelmente só será transferido pra Brasília quando for transformado em Secretaria Especial de Defesa Civil, o que está dentro dos programas do Conselho de Desenvolvimento Social.

Outro importante órgão do Ministério do Interior, a Codevas — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco —, criada há oito meses substituindo a Suvale, já funciona em Brasília. A SEMA — Secretaria Especial do Meio-Ambiente — órgão de grande relevância, foi criado recentemente, tendo como secretário o professor Paulo Nogueira Neto que apesar das dificuldades que tem enfrentado vem desenvolvendo trabalho efetivo para a preservação do meio-ambiente.

A Funai, depois da desastrosa administração Bandeira de Melo, encontrou no general Ismarth de Araújo, real amigo da causa indígena. Anteriormente ligada à Presidência da República, a Funai passou para a área ministerial a partir de sua autonomia como fundação.

Funcionando ainda no Rio, o BNH deverá ser transferido para Brasília. A Sudam, Sudene, Suframa, Sudesul e outras superintendências de desenvolvimento, têm todas elas as matrizes em capitais ligadas a regiões a que se relacionam.

Os incêndios na história da Agricultura

O ministro da Agricultura foi um dos primeiros órgãos da administração federal a instalar uma representação em Brasília. Isso ocorreu no dia 3 de maio de 1960, na época do ministro interino Fernando Nóbrega, que acumulava o cargo de ministro do Trabalho. Ele dividia seu tempo entre a capital federal e o Rio de Janeiro e assim permaneceu até 1967, quando o ministro Ivo Arzua resolveu transferir para Brasília toda a estrutura física do Ministério da Agricultura.

Nesses oito anos de Brasília, o Ministério da Agricultura sofreu um incêndio, que provocou a morte de um funcionário e já teve quatro ministros, inclusive Alysson Paulineli. Com o incêndio que destruiu todas as instalações do terceiro ao nono andar, o Ministério se transferiu para o edifício-sede do Banco do Brasil, onde permaneceu até 1969, saindo pouco antes de um outro incêndio. Os funcionários atribuíram na época esses constantes incêndios, ao discurso de posse do ministro Ivo Arzua, que o intitulou de "batismo de fogo".

Esses incêndios podiam ser coincidência, mas a verdade é que depois da saída do ministro Ivo Arzua nunca mais se repetiu esse tipo de problema. Atualmente toda a estrutura física do Ministério da Agricultura se encontra em Brasília. A grande maioria dos órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura está totalmente sediado em Brasília com exceção da Sunab, IBDF e a Sudepe. Os titulares dessas três vinculadas, apesar de já terem alguma estrutura na capital federal, ainda precisam dividir seu tempo com o Rio de Janeiro, onde estão localizadas várias de suas dependências

como é o caso do Departamento do Trigo da Sunab.

A dificuldade para transferir definitivamente esses órgãos para Brasília está na falta de verbas para a aquisição ou aluguel de apartamentos destinados aos funcionários. O IBDF para conseguir o dinheiro necessário foi obrigado a leiloar uma propriedade de 30 mil metros quadrados que possuía em São Paulo. Essa operação rendeu mais de 3 milhões, de cruzeiros mas acabou não se efetivando porque os moradores da área impetraram mandado de segurança que está na dependência do julgamento judicial.

O Ministério da Agricultura é, talvez, o Ministério com maior estrutura física. Além de ocupar os nove andares do edifício da Esplanada dos Ministérios tem suas nove vinculadas ocupando os 23 andares do Palácio do Desenvolvimento. Mesmo assim, ainda não é suficiente, pois muitos órgãos foram espalhados por prédios alugados no setor comercial sul e na W-3 Norte.

Comunicações foi criado já em Brasília

Somente sete anos depois da transferência da capital federal para Brasília é que foi criado o Ministério das Comunicações. Até 1967 o setor de telecomunicações esteve a cargo do Contel Conselho Nacional de Telecomunicações. Órgão ligado à Presidência da República, o Contel, como muitos outros não foi transferido com o Governo.

Assim, o primeiro órgão do setor de comunicações a funcionar em Brasília foi o Ministério que, em 1967 extinguiu o Contel funcionando no Rio de Janeiro e absorveu alguns de seus funcionários que auxiliaram o primeiro ministro das Comunicações Carlos Simas, a instalar o novo órgão. Por outro lado, os funcionários do Contel pertenciam a outros órgãos e estavam requisitados. Desse modo, quando efetivada a criação do Ministério, a maioria deles voltou à repartição de origem.

Hoje, não existe no Ministério das Comunicações nenhum funcionário do antigo Contel, pelo menos por transferência a não ser o ministro Quandt de Oliveira que já foi seu presidente.

O DRAMA DA TRANSFERÊNCIA

Forças Armadas: necessidade de centralização

Dos três ministérios militares, apenas a Aeronáutica não está com todos os seus órgãos, de cúpula instalados em Brasília. A última transferência ocorreu no início deste ano com o Comando Geral do Ar, depois da mudança de sua sede ter sido adiada três vezes.

Para que a vinda do Comando Geral do Pessoal e do Comando Geral de Apoio se concretize, o ministro Araripe Macedo determinou ao comando do 6º Comando Aéreo Regional, que procedesse à locação da área de terreno necessária à instalação daqueles órgãos. Provavelmente, esses dois comandos, juntamente com o Congar, deverão ficar sediados nas proximidades da Base Aérea de Brasília.

O primeiro órgão a ser transferido para a capital foi um Escalão Avançado do gabinete do Ministro, em 1960, mas somente em 1969 o gabinete se transferiu definitivamente para Brasília. Até esta data, os ministros da Aeronáutica se dividiam entre o Rio - onde permaneceu um Escalão Recuado - e Brasília. Hoje, o ministro faz a maioria dos despachos na capital, mantendo um lugar no Rio - a Divisão Administrativa 4 - para eventuais despachos.

Atualmente, estão em Brasília - além do gabinete do ministro - o Estado-Maior, a Inspeção Geral, a Secretaria de Economia e Finanças e o Comando Geral do Ar. No Rio e em São Paulo ficaram o Departamento de Aviação Civil e a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento respectivamente. Até o momento, não existem estudos para a transferência desses dois órgãos para a capital, de vez que a aviação civil e o parque de pesquisa da Aeronáutica se acham concentrados nesses dois estados.

Por sua vez, a Secretaria de Economia e Finanças - ex-Secretaria-Geral, foi criada após a transferência de três órgãos da cúpula para a capital.

Sob o ponto de vista administrativo, pode-se dizer que toda a cúpula do Ministério do Exército encontra-se instalada em Brasília, já que a permanência de cinco diretorias no Rio de Janeiro foi motivada pelas suas próprias finalidades.

Assim, uma vez que a maioria das escolas de especialização e das escolas de educação física está concentrada no Rio, as

diretorias de Especificação e Extensão, a de Formação e Aperfeiçoamento e a de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos deveriam ser mantidas naquela cidade, assim como o Departamento de Pesquisa e Ensino Técnico. O Departamento de Processamento de Dados, pela complexidade de suas instalações, também permaneceu no Rio.

Atualmente, estão instalados em Brasília - no prédio do Ministério e no Setor Militar Urbano - o gabinete do ministro, o Estado-Maior, a Diretoria-Geral de Economia e Finanças, a Secretaria-Geral e os departamentos Geral de Serviço, de Material Bélico, de Ensino e Pesquisa, Geral do Pessoal e de Engenharia e Comunicações.

O primeiro órgão de direção a ser transferido foi o DGP, em novembro de 1971. A semelhança da Aeronáutica, enquanto não se concretizava a transferência do gabinete do ministro - o que só ocorreu em 1972 - o Exército manteve um Escalão Avançado onde os titulares da Pasta despachavam. Igualmente no Rio, era mantido o Escalão Recuado. Hoje, o ministro do Exército despacha apenas em Brasília, tendo um lugar no Rio para manter contatos com as cinco diretorias e demais unidades que permaneceram naquela cidade.

A última transferência ocorreu em maio de 1973 com a DGS. Conforme esclareceu o ministro, as mudanças de sedes demoraram devido à falta de instalações para abrigarem os órgãos e seu pessoal incluindo casas residenciais.

O primeiro ministério militar a ter o gabinete do ministro definitivamente instalado em Brasília foi o da Marinha. A instalação ocorreu no dia da inauguração da capital, seguindo aviso nº 0712/BR, de 25/4/60.

Ocupando apenas o prédio situado na Esplanada dos Ministérios, a Marinha está com todo os órgãos da alta administração naval transferidos para Brasília. São eles: o Estado-Maior, a Secretaria-Geral, a Diretoria do Pessoal Civil - esta última criada em Brasília.

Conforme esclareceu o ministro, não existe necessidade de transferir outros órgãos de direção para a capital, já que, por sua própria natureza, eles precisam estar o mais perto possível da infra-estrutura constituída dos órgãos de apoio: bases, arsenais, depósitos e unidades de características eminentemente técnicas.

O primeiro contingente da Armada a chegar em Brasília foi a Comissão de Estudos para a instalação dos seus órgãos que deu

origem, posteriormente, ao então 7º Distrito Naval, hoje Comando Naval de Brasília.

Durante a transferência do gabinete do ministro da Marinha para Brasília, em 1960, o então Jorge do Paço Matoso Maia criou a "Coluna Alvorada" que deveria entregar uma mensagem sua ao Presidente da República, o então Juscelino Kubitschek.

A coluna, comandada pelo então capitão-de-corveta (FN) Clinton Cavalcante de Queiroz Barros, comandante da Companhia de Reconhecimento da Força de Fuzileiros da Esquadra, era constituída por 12 oficiais, cem fuzileiros navais e vinte marinheiros. A coluna percorreu 1.221 quilômetros em 24 dias de marcha consecutiva, fazendo uma média diária de 50 quilômetros. Os oficiais e praças fizeram o percurso equipados e cumpriram exatamente o programa pre-estabelecido.

A centralização da administração federal em Brasília levou todos os ministérios a determinarem a transferência de seus órgãos de assessoramento permanente e de seus órgãos de direção e apoio.

No caso específico dos ministérios militares, instalaram-se aqui em Brasília apenas aqueles departamentos e diretorias cujas decisões exigem permanentemente a apreciação dos ministros e, por outro lado, cujo assessoramento aos ministros é diário.

Assim é que o gabinete do ministro do Exército só pôde se instalar em Brasília após a vinda de uma de suas diretorias; a Aeronáutica contou logo após com seu Estado-Maior e a Marinha, pela necessidade de poucos órgãos de direção junto ao gabinete, foi a primeira Força a ter sua cúpula totalmente transferida para a capital nos primeiros anos de Brasília.

O último funcionário do Ministério da Fazenda a ser atingido pela política do ministro Simonsen de fixação em Brasília foi o secretário-geral daquela pasta, José Carlos Freire, que há menos de 30 dias ainda residia no Rio de Janeiro. Com a fixação da Secretaria Geral em Brasília, não resta dúvida que foi selado o futuro do Ministério da Fazenda, como um dos órgãos federais que atuará com maior intensidade na mudança de seus departamentos para a capital da República.

Por outro lado, como órgãos subordinados, o ministro Simonsen tem solicitado à Caixa Econômica Federal a adoção da mesma política, já que o Banco do Brasil já funciona integralmente no DF, e o Banco Central tem transferido centenas de funcionários do Rio de Janeiro, tendo iniciado, inclusive, a construção de sua sede.

Todos esses fatos não deixam a menor dúvida que, ao término de sua administração à frente do Ministério da Fazenda, o ministro

Simonsen terá oferecido grande colaboração à consolidação da capital da República no Planalto Central.

Desta forma, após a investidura do ministro Simonsen na pasta da Fazenda, o seu gabinete passou a funcionar efetivamente em Brasília, o que nunca ocorreu na administração anterior. Em consequência, a chefia da assessoria econômica foi obrigada a passar a decidir e funcionar em Brasília, as reuniões do próprio Conselho Interministerial de Preços, cuja sede ainda é no Rio de Janeiro, passaram a ser feitas nesta capital, e aqueles que ainda continuam instalados em outros estados já começaram a sentir as desvantagens de permanecerem afastados do gabinete do ministro, de onde saem todas as decisões.

Muitos obstáculos estão sendo enfrentados para a transferência de funcionários do Ministério da Fazenda para Brasília, não só para instalação das dependências do próprio Ministério, como o problema habitacional. Mas, tudo está sendo planejado, e se depender apenas de determinação do ministro Simonsen, todos os órgãos de decisão do seu Ministério em poucos meses estarão funcionando em plena carga em Brasília. Como exemplo há o caso da Secretaria da Receita Federal, cujos funcionários já estão certos que o seu funcionamento em Brasília é irreversível, como a permanência no DF do secretário-geral.

O último funcionário do Ministério da Fazenda a ser atingido pela política do ministro Simonsen de fixação em Brasília foi o secretário-geral daquela pasta, José Carlos Freire, que há menos de 30 dias ainda residia no Rio de Janeiro. Com a fixação da Secretaria Geral em Brasília, não resta dúvida que foi selado o futuro do Ministério da Fazenda, como um dos órgãos federais que atuará com maior intensidade na mudança de seus departamentos para a capital da República.

Por outro lado, como órgãos subordinados, o ministro Simonsen tem solicitado à Caixa Econômica Federal a adoção da mesma política, já que o Banco do Brasil já funciona integralmente no DF, e o Banco Central tem transferido centenas de funcionários do Rio de Janeiro, tendo iniciado, inclusive, a construção de sua sede.

Todos esses fatos não deixam a menor dúvida que, ao término de sua administração à frente do Ministério da Fazenda, o ministro

Planejamento cria condições para a mudança

Embora o ministro João Paulo dos Reis Velloso raramente passe um fim de semana em Brasília, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República encontra-se quase que inteiramente instalada no Distrito Federal. No Rio, funcionam apenas a Fundação IBGE, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE - e suas subsidiárias, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - além de uns poucos órgãos do pequeno escalão.

O ministro Reis Velloso mantém ainda no Rio, no sexto andar do Ministério da Fazenda, um gabinete onde geralmente despacha todas às quintas e sextas-feiras. No momento, o grupo executivo de mudança - Gemud - encontra-se recebendo relatórios de todos os ministérios, indicando com exatidão o índice de transferência para a capital da República. A partir daí, o órgão fixa prazos para a transferência total de cada órgão da administração direta.

Situado entre os edifícios-sedes dos ministérios da Educação e Cultura e o das Minas e Energia, o novo bloco da Secretaria de Planejamento deverá estar totalmente concluído até o final de 1976. Enquanto isso, a secretaria procura criar condições para instalar os funcionários que deverão chegar a Brasília para a transferência total. Neste aspecto, houve inclusive uma mudança na estratégia de transferência dos ministérios elaborada pelo Gemud: de agora em diante somente serão transferidos para Brasília altos funcionários da administração direta. Ou assessores de ministros, ou técnicos de alto nível. Os demais funcionários ou serão indenizados, ou passarão a trabalhar nas representações ministeriais do Rio. A medida não só baixa o custo das transferências, como abre perspectivas para o estímulo do mercado de trabalho em Brasília.

Simonsen, um incentivador da transferência

ESPECIAL

O DRAMA DA TRANSFERÊNCIA

Hoje, os quatro anos de Brasília com o Itamaraty

Dos ministérios que compõem a atual administração federal brasileira, o das Relações Exteriores, embora não tenha sido o primeiro, foi no entanto o único a se transferir para Brasília de uma só vez, em pouco mais de um ano, mais precisamente entre janeiro de 1970 e 20 de abril de 1971, quando se deu a inauguração oficial. Hoje, além de ser o dia dedicado ao diplomata, o Itamaraty completa quatro anos de vida no Planalto Central.

O primeiro estudo para as instalações do ministério, idealizado por Oscar Niemeyer em 1958, era um pouco diferente do projeto que foi executado. A chancelaria situava-se mais ou menos no local onde está hoje o prédio do Ministério da Saúde, que serviu durante algum tempo como gabinete provisório para o Itamaraty. Além disso, o primeiro projeto também previa um auditório separado do atual Palácio dos Arcos. Essa proposta inicial ficou sendo debatida durante quatro anos, até que, em 1962, o então ministro Hermes Lima, interessado em dar uma solução para que a construção fosse iniciada, acabou dando carta branca a Oscar Niemeyer, que apresentou o projeto final que foi o executado.

Durante sete anos, sob o comando do embaixador Wladimir Murtinho (atual secretário de Educação do GDF) foram, acertados todos os detalhes para a mudança do Ministério das Relações Exteriores do antigo palácio situado na Rua Larga de São Joaquim, no Rio de Janeiro, que já se mostrava inadequado para atender às necessidades de modernização administrativa.

Ao ponto de vista funcional, todos são unâmes em afirmar que a transferência do Ministério para Brasília só trouxe benefícios. O atual prédio de oito andares, situado atrás do Palácio dos Arcos, possui modernas instalações que vêm permitindo um melhor desempenho administrativo de todos os setores que fazem parte do Ministério das Relações Exteriores.

Ainda neste ano, no entanto, o Ministério já vai continuar sua expansão com a construção de mais um anexo que, além de abrigar os serviços de documentação, informação, comunicações e biblioteca, também será



O Palácio dos Arcos mudou a filosofia de acabamento de interiores

destinado à instalação do Instituto Rio Branco, que até agora funciona no Rio de Janeiro. A construção desse novo anexo, projetado por Oscar Niemeyer, tem início previsto para novembro devendo estar concluído até o final do primeiro semestre de 1978.

A construção do Itamaraty com seus acabamentos requintados - que geraram uma grande quantidade de incidentes curiosos envolvendo meticulosas escolhas de objetos de decoração e um extremo rigor na fiscalização dos serviços executados - mudou o aspecto dos edifícios públicos feitos a posteriori, mesmo aqueles que já estavam prontos, como o Palácio da Alvorada e o Congresso, que foram obrigados a sofrer reformas internas para alcançar o nível de acabamento que se passou a exigir.

Desde 1970, a vida de Brasília mudou consideravelmente com a transferência do Itamaraty. Como afirmou um funcionário da casa, "é hora de dúvida que a mudança maciça do ministério foi como um quebra-gelo que abriu a rota aos navegantes".

Indústria e Comércio foi instalado em 61

Criado pela lei 3782, de 22 de julho de 1960 (a mesma que criou o Ministério das Minas e Energia), o Ministério da Indústria e do Comércio só veio realmente a ser instalado em Brasília no ano seguinte, no mês de fevereiro, quando assumiu o cargo o ministro Artur Bernardes Filho. A criação do Ministério da Indústria e do Comércio foi procedida de estudos realizados por uma comissão nomeada pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

Depois de Artur Bernardes, o cargo de ministro da Indústria e do Comércio foi ocupado por Ulysses Guimarães, Antônio Balbino, Egídio Michaelsen, Daniel Agostinho Faraco, Paavo Egyido Martins, general Edmundo de Macedo Soares e Silva, Fábio Yassuda, Marcus Vinícius Pratini de Moraes e o atual Severo Fagundes Gomes, que tomou posse a 15 de março de 1974.

A lei que criou o MIC estabelece que o objetivo do órgão é "estudar e despachar todos os assuntos relativos à indústria e ao comércio", determinando também a incorporação dos seguintes órgãos e repartições da administração federal já existentes: Departamento Nacional da Indústria e do Comércio, extinto em 1969, o Departamento da Propriedade Industrial (transformado em Instituto Nacional da Propriedade Industrial), o Instituto Nacional de Tecnologia (transformado em Secretaria de Tecnologia Industrial) e o Departamento de Seguros Privados e Capitalização (transformado em Superintendência de Seguros Privados).

A mesma lei estabelece ainda que deveriam ficar sob jurisdição do MIC as seguintes entidades: Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Álcool, Instituto Nacional do Sal (transformado em Comissão Executiva do Sal), Instituto de Resseguros do Brasil, Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Nacional de Alcalís, Comissão Executiva de Defesa da Borracha (transformada em Superintendência da Borracha) Instituto Nacional do Mate e Instituto Nacional do Pinho, estes dois últimos atualmente pertencentes ao Ministério da Agricultura.

As atividades do MIC foram ampliadas mais tarde com a criação de outros órgãos, tais como o Conselho Nacional de Comércio Exterior, o Conselho Nacional de Turismo, a Empresa Brasileira de Turismo, a Comissão de Comércio Exterior, os conselhos de Desenvolvimento Industrial, Interministerial de Preços (atualmente no Ministério da Fazenda), Nacional da Borracha, Nacional da Indústria Siderúrgica, Nacional de Seguros Privados, a Siderbras - Siderurgia Brasileira S/A, o Instituto Nacional de Pesos e Medidas e o Departamento Nacional de Registro do Comércio.

Em Brasília, atualmente, está funcionando toda a estrutura administrativa do Ministério, e, das entidades a ele jurisdicionadas, estão totalmente instaladas e funcionando em Brasília apenas a Siderbras, o Consider, o Conex, a Secretaria de Tecnologia Industrial e o Departamento Nacional de Registro do Comércio.

Transportes tem maioria de seus órgãos no Rio

Quase cem por cento dos órgãos da administração indireta do Ministério dos Transportes encontram-se ainda instalados no Rio de Janeiro. Esses órgãos, a Rede Ferroviária Federal S/A; Superintendência Marítima Mercante - Sunanam -, Engefer, e Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis - DNPVN - mantêm em Brasília apenas suas representações, de muito pouca operacionalidade.

Todavia, após a conclusão do edifício sede do Geipot, estes órgãos serão transferidos para Brasília, e isto deve ser efetivado até o final de 1977. Mesmo da administração direta do Ministério dos Transportes, falta ainda muito o que transferir para Brasília, onde está instalado, ainda que precariamente, apenas o gabinete do ministro, e pouco mais de uma dúzia de assessores. Dos órgãos vitais do Ministério dos Transportes da administração indireta, funcionam na capital da República apenas a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - Geipot.

A ESTRELA SOBE

NOS CLAROS CAMINHOS DO PLANALTO,
UMA ESTRELA SURGIU.
A ESTRELA DA CODIPE - COMPANHIA DISTRIBUIDORA
DE PEÇAS E VEÍCULOS.

HOJE, MODERNAMENTE INSTALADA E APARELHADA, NO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, A CODIPE CONTRIBUI AIINDA MAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA.

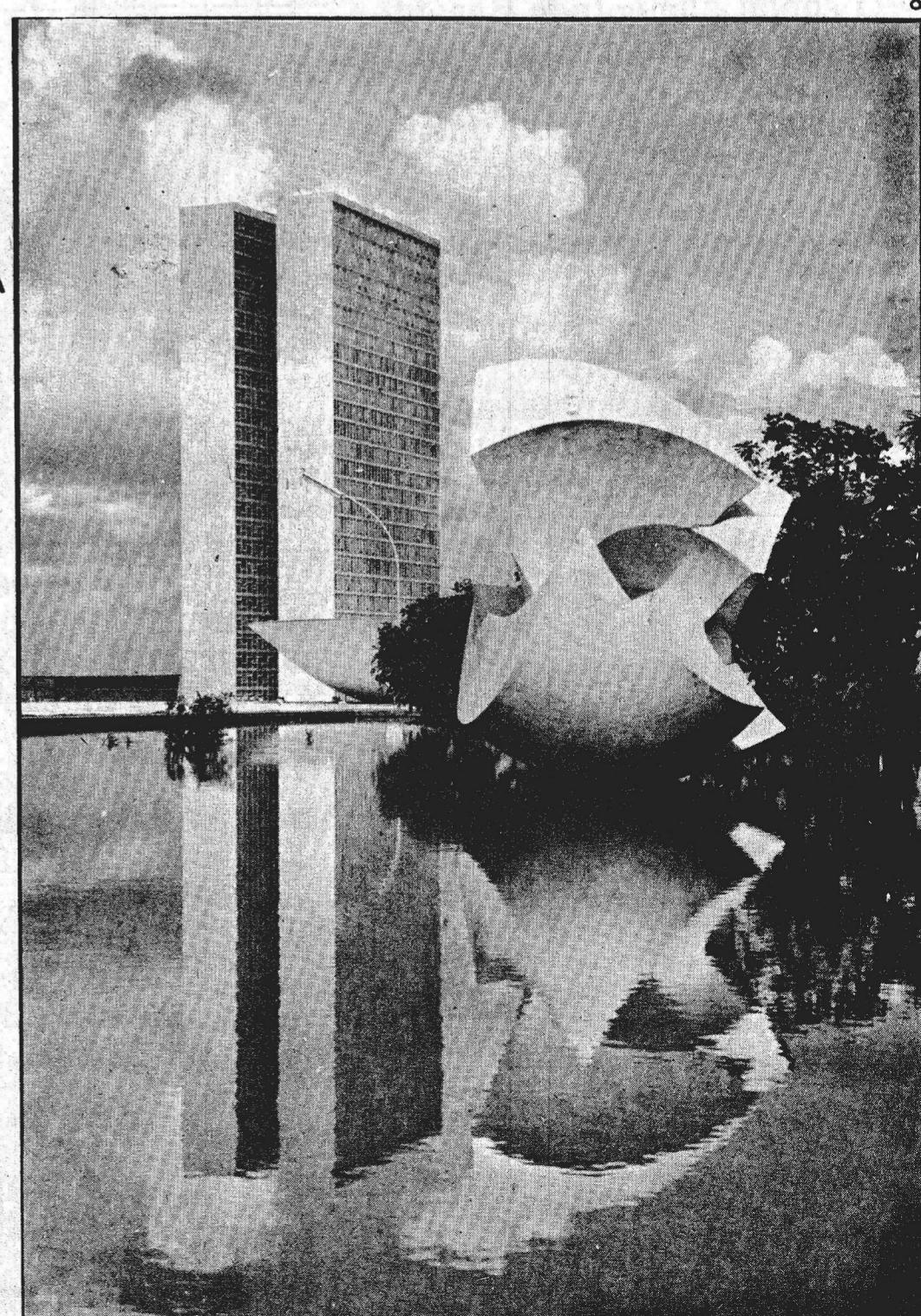
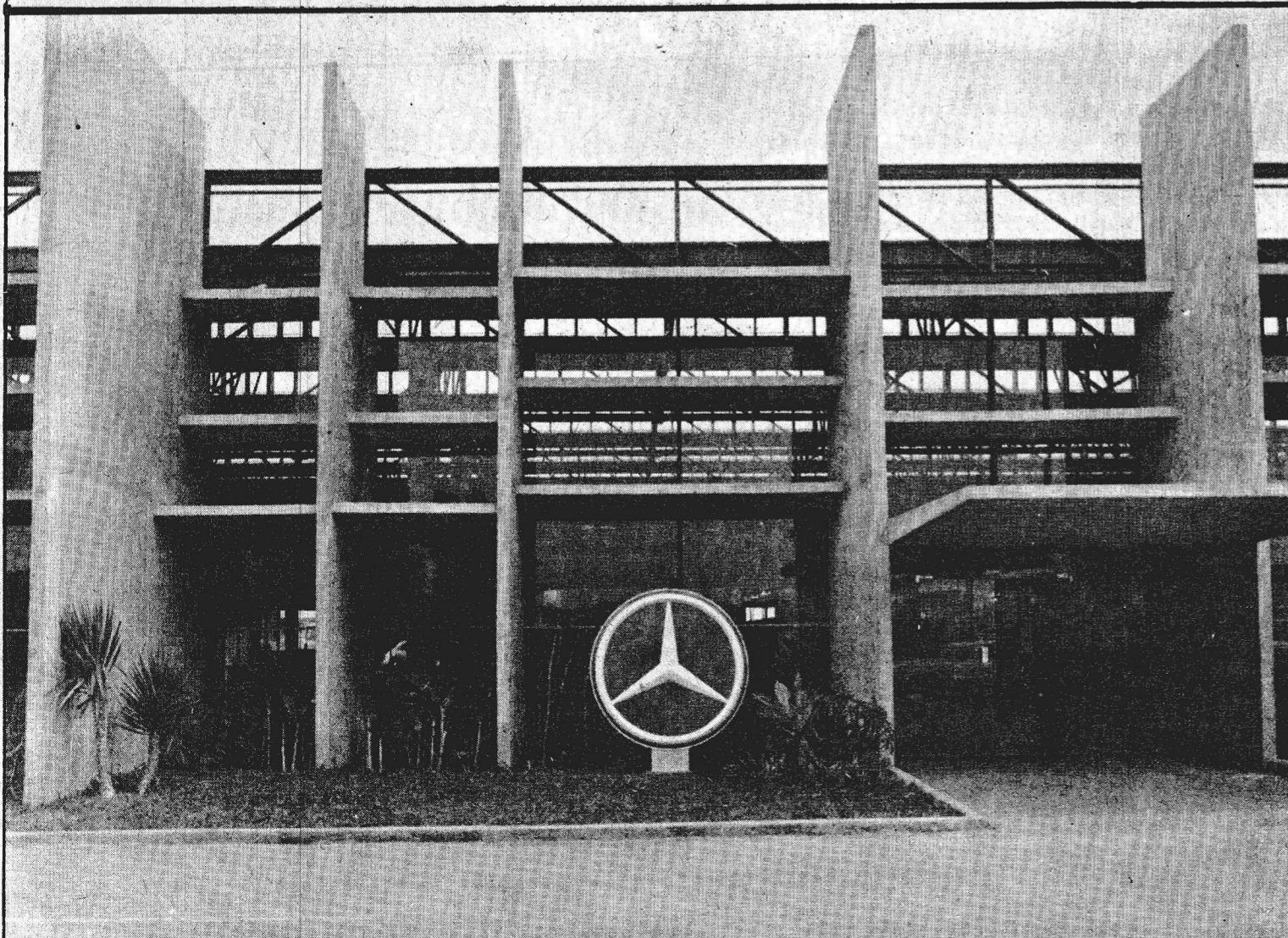
HOMENAGEM DA CODIPE AO 15º ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA.



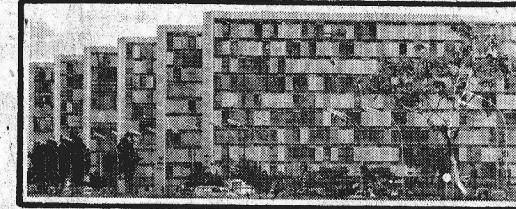
CODIPE
CIA. DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E VEÍCULOS

CONCESSIONÁRIA MERCEDES-BENZ

MATRIZ | IA/SUL - Quadra 1 - N° 900 | FILIAL | Av. W/2 - Q. 513 - Bloco A
Fone: 43-7444 (PaBX) | N° 24 - Fone: 42-3768



ESPECIAL



O DRAMA DA TRANSFERÊNCIA

Uma pioneira
ainda está à
frente do MEC

Sílvia Bastos Tigre, atual assessora parlamentar do ministro Ney Braga, foi a primeira funcionária do Ministério da Educação transferida para Brasília. A portaria designando-a para trabalhar na nova capital foi assinada pelo ex-ministro Clóvis Salgado. "Eu tenho guardada. Além de um documento, ela é uma lembrança", diz Sílvia.

Quando eu cheguei, o Time Magazine fez uma entrevista comigo e fotografou-me junto ao prédio do MEC. Posteriormente, fiquei sendo do Dasp. Mas naquela época, os blocos da Esplanada dos Ministérios eram apenas esqueletos metálicos. Isto foi em 1959, mas, aos poucos, o martelar dos operários foi substituído pelo titilante das máquinas de escrever.

Pouco tempo depois foram transferidos mais quatro outros funcionários do MEC que, juntamente com Sílvia, integravam a antiga Comissão do Sistema Educacional de Brasília - Caseb - cuja sigla é a mesma de um dos primeiros colégios instalados em Brasília.

Através da Caseb o MEC mantinha todos os entendimentos para construção da rede escolar do Distrito Federal, junto à Novacap que, administrava todos os setores e recebia a colaboração direta dos ministérios. A comissão também era responsável pela distribuição dos alunos, filhos de funcionários transferidos, nas escolas brasilienses.

Segundo Sílvia Bastos Tigre, o serviço Público brasileiro ganhou muito com a transferência da capital e, particularmente o MEC, como também o servidor foi bastante valorizado.

Enquanto no Rio o expediente era de 11 às 17 horas, em Brasília o servidor se dedica em tempo integral às atividades públicas. No Rio eram muitas as solicitações externas, as diversões, a vida noturna. Em Brasília há mais ambiente para o estudo e a pesquisa.

Artur Alencar, que foi assessor parlamentar de Clóvis Salgado e um dos antigos funcionários do MEC que acompanhou de perto a transferência do ministério também aponta vantagens e relembra a famosa "dobradinha".

bem como uma série de vantagens, desde a facilidade para aquisição de apartamento até o transporte para funcionários, que não havia no Rio. Também é de opinião que o padrão do serviço público melhorou muito, principalmente depois dos governos revolucionários.

Do ponto-de-vista educacional e administrativo, foi em Brasília onde se planejaram as grandes reformas: a Reforma Administrativa (Decreto-Leis 200/67 e 900/69), Reforma Universitária (Lei 5.540/68) e Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/71). Brasília foi também o laboratório de grandes experiências pilotos desde a Universidade de Brasília até a Escola-Parque.

Quinze anos depois da inauguração de Brasília, praticamente todo setor cultural do MEC ainda se encontra no Rio. Somente há menos de um mês passou a funcionar aqui um pequeno núcleo do Departamento de Assuntos Culturais. Diversos órgãos estão para ser transferidos, mas há dificuldade de se conseguir apartamento para todo um continente de funcionários e também não há instalações. O problema será resolvido com a construção do anexo do MEC. Alguns órgãos do setor cultural talvez nunca venham para Brasília, como os museus e a Biblioteca Nacional.

Fatos pitorescos? Ocorreram muitos disse Sílvia Bastos Tigre, que cita como exemplo o fato de que o nome Elefante Branco - apelido dado às obras do colégio, devido ao seu gigantismo e aparência - acabou sendo a designação oficial da escola, um dos projetos mais ambiciosos da nova capital e que, como outros, foi desvirtuado através dos anos.

Para a Saúde,
mudança ainda
é prioritária

Na relação dos apartamentos distribuídos a funcionários do Ministério da Saúde que vieram transferidos do Rio para Brasília, há um fato curioso: a maioria deles está registrado no nome da mulher, uma vez que o salário da esposa é maior do que o dos maridos. Estes apartamentos vêm demonstrar que no Ministério os salários são melhores.

A transferência do Ministério da Saúde, embora tenha sido iniciado em 1960, através da portaria 100, do então ministro Mário Pinotti, é considerada a mais precária, levando-se em conta que, até o ano passado, aproximadamente 90% do Ministério ainda funcionava no Rio. De junho do ano passado até agora, foram transferidos mais 13% do Ministério da Saúde, ficando efetivada a instalação do gabinete do Ministro, somente neste Governo.

Em março do ano passado, quando o ministro Almeida Machado tomou posse, o Ministério tinha apenas 90 apartamentos, dos quais 25 estavam vazios. A obsolescência da máquina da saúde, conforme define o ministro, encontra sua maior força na falta do pessoal em Brasília, cuja transferência, segundo o coronel Luciano Thebano de Lima, presidente da comissão de mudança, constitui uma das prioridades. Esta ênfase do ministro, explica o coronel Thebano, está assentada em um documento que determina a redistribuição, pelo Departamento de Pessoal, do funcionário ainda no Rio que se oponha a mudar para Brasília. No caso de assessores o presidente da comissão de transferência se lembra as quatro demissões ocorridas há pouco mais de um mês, quando Almeida Machado determinou a mudança e eles se opuseram. Atualmente no Rio, há somente um assessor representando o Ministério e que é necessário".

No entanto, apesar de toda ênfase do ministro em concentrar em Brasília os órgãos do Ministério, somente daqui a três anos é que estará efetivada toda a mudança constituindo, inclusive, o prazo máximo dado por Almeida Machado.

Para a transferência do pessoal, entretanto, o Ministério da Saúde não tem encontrado resistência nem tampouco desajustes ao chegar a Brasília. As condições oferecidas, segundo o presidente da comissão, são ótimas e o funcionário humilde ao chegar, fica maravilhado com o apartamento que recebe no Cruzeiro Novo. Ora, diz o coronel Thebano, um pequeno funcionário que percebe 800 cruzeiros ao final do mês, onde ele moraria no Rio? E acrescenta: "nenhum servidor do Ministério, nem de outro, quer ter residência do órgão na Guanabara". A idéia inicial que este tipo de funcionário tem ao ser convidado, é que irá morar em casa de madeira.

Para o alto escalão do Ministério da Saúde são cedidos apartamentos na Asa Sul que variam de dois salões, gabinete, quatro quartos e três banheiros até os de um salão, três quartos e dois banheiros.

Previdência, a
história que só
começou em 74

O Ministério da Previdência Social ainda não tem uma história para contar, ou melhor, sua história não começou há muitos anos. Como ministério, tem apenas um ano de funcionamento, e nasceu em Brasília.

Ligado ao Ministério do Trabalho até o primeiro semestre de 1974, a Previdência Social, como ministério voltado unicamente aos interesses do problema social, já era um sonho do ministro Nascimento e Silva, quando em 1966 - sendo ministro do Trabalho - propôs a unificação dos institutos de previdência - os IAPs. Esse foi o primeiro passo para o desmembramento, efetivado pelo presidente Ernesto Geisel.

Na opinião de um dos assessores do ministro Nascimento e Silva - e ele afirma que a pergunta deveria ser colocada a um segurado do INPS - o desmembramento do Ministério da Previdência foi uma medida necessária, pois o Ministério do Trabalho já arcava com muitos problemas, como por exemplo, os sindicatos.

No momento não há planos de transferir para Brasília alguns dos órgãos vinculados ao Ministério da Previdência Social, e assim, funcionam ainda no Rio o Funrural, o INPS, LBA, Funabem e uma grande parte do IPASE. Também não faz parte dos planos do ministério a mudança de sede, que atualmente funciona na L-2 Sul, não havendo na Esplanada dos Ministérios um local para construir um bloco para a Presidência.

Como caçula dos ministros Nascimento e Silva foi empossado no cargo sem ter ainda uma casa na Península dos Ministérios e durante três meses foi hóspede do Hotel Nacional, até o momento em que foi encontrada uma solução. O ministro moraria numa casa do Governo do Distrito Federal, situada na famosa península

Apressado, Nascimento e Silva se mudou com armas e bagagens mesmo sabendo que a casa nunca havia sido habitada antes e apresentando alguns defeitos de construção.

E o ministro, sem nenhum móvel dentro de casa efetuou sua fixação em Brasília - já que a condição de hóspede de um hotel traz sempre a idéia de transitóriedade - numa casa que além dos antecedentes defeituosos, ainda não tinha sua instalação de água ligada.

Empresas do MME
ainda continuam
fora de Brasília

O ministério das Minas e Energia foi criado pela Lei número 3782, de 22 de julho de 1960 (lei que criou também o Ministério da Indústria e do Comércio) por ato de Juscelino Kubitschek, e sua instalação só ocorreu, em Brasília, quase um ano mais tarde - fevereiro de 1961 - já no governo de Jânio Quadros.

Ao ser criado, o Ministério das Minas e Energia absorveu importantes órgãos do setor de energia e mineral - DNPM - e Conselho Nacional do Petróleo - CNP - órgãos que foram criados no governo de Getúlio Vargas. Além desses, o Ministério das Minas e Energia absorveu as atividades do Conselho Nacional de Águas e Energia (posteriormente transformado em Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE), a Petrobrás (criada pela lei 2004, de 1953), a Companhia Vale do Rio Doce, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e Conselho Nacional de Minas e Metalúrgica, estes dois já extintos.

De 1960 para cá, foram criados outros órgãos, que aplicaram ainda mais a abrangência das atividades do Ministério das Minas e Energia, tais como a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (transformada, no ano passado, em Empresa Brasileira de Energia Nuclear - Nuclebrás, a Eletrobrás, a ICC - Indústria Carboquímica Catarinense - e a CPCAN - Comissão do Plano do Carvão Nacional - órgão já extinto).

O fato que mais caracteriza o Ministério das Minas e Energia é que a lei que criou as empresas a ele jurisdicionadas determina que suas sedes jurídicas sejam em Brasília. Na prática, no entanto, o que ocorre é que empresas como a CVRD, CPRM, Petrobrás, Eletrobrás, CNEN e Nuclebras têm apenas escritórios de representação em Brasília, pois todas têm suas presidências instaladas no Rio de Janeiro. Os únicos órgãos que funcionam integralmente em Brasília são o DNAEE, o DNPM e o CNP, embora os laboratórios deste último órgão estejam todos ainda localizados no Rio de Janeiro.

BRASÍLIA
UMA OBRA
GIGANTESCA DO SÉCULO

Ao completar seus 15 anos, Brasília deixou de ser o sonho para se projetar no Panorama mundial, como a realidade assombrosa.
a obra gigantesca do século pulsando forte dentro do Planalto Central, engalardada pelas magníficas construções de linhas mais ousadas e modernas.
Neste cenário belíssimo, que se descortina quando o viajar, vislumbra pela primeira vez Brasília, quando se poderá sentir ainda o clima do trabalho incessante e profícuo trazido pelos brasileiros do Norte e do Sul nesta mistura heterogênea de costumes
de linguajar que constituem mais um acervo desta grande raça.
Pela passagem do seu 15º aniversário, congratulamo-nos com a SHIS - Novacap - Codebrás - Governo do Distrito Federal "Elmo Farias" e ao povo pelo seu esforço inaudito.

BAHIA: Rua Djalma Dutra, 121 telefones: 3-5582, 3-2477 - Salvador
BRASÍLIA: SCS Ed. Ant. Venâncio da Silva, Salas 410/414 - tel.: 24-8133 - 23-1257
RIO: Av. Rio Branco, 156 15º andar, telefone: 243-9495
FOZ DO IGUAÇU (Itaipu) República da Argentina 1050 - 1º andar.

góes cohabita
construções s/a